

DÖHLER S.A.
Rua Arno Waldemar Döhler, 145, CEP 89219-902, Joinville/ SC
Companhia Aberta (Código CVM nr. 520-7)
CNPJ 84.683.408/0001-03
NIRE 42 3 0000515-1

Senhores Acionistas,

Tendo em vista a aprovação pelo Conselho de Administração da DÖHLER S.A. ("Companhia"), em reunião de 23 de março de 2015, bem como em obediência as Instruções CVM nº 480, 481/09, a Companhia fornece o presente relatório apresentando:

- Comentários da Diretoria;
- Proposta da Destinação do Lucro Líquido;

Joinville/SC, 24 de março de 2015.

Udo Döhler
Diretor de Relações com Investidores

**ANEXO II – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 17/12/2009**

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

- A diretoria considera as condições financeiras e patrimoniais adequadas para atender todos os compromissos da companhia de curto, médio e longo prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

- Para a diretoria, a estrutura de capital é adequada para atender as necessidades da companhia.
 - i. Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.
 - ii. Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

- A diretoria considera que a companhia dispõe de recursos suficientes para atender a todos os compromissos de curto, médio e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

- Para atender as necessidades de capital de giro, a empresa contratou financiamentos junto ao programa de NPR/EGF no montante de R\$ 10.208 mil, destinados a aquisição de algodão, matéria prima básica da companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

- A diretoria considera suficientes os seus recursos próprios para atender as necessidades de capital de giro e/ou investimentos em ativos não-circulantes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
- II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
- III. grau de subordinação entre as dívidas;
- IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Circulante (Em Milhares De Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2014	2013	2012
ACC	2,65% à 3% + VC	1.599	3.943	8.257
Financ. Imobilizado	2,5% + Euribor	206	398	-
Financ. Capital de Giro	5,50%	10.208	7.382	20.504
Finep	4,00%	973	968	506
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	3,50%	6	-	-
Total		12.992	12.691	29.267

Não Circulante (Em Milhares De Reais)

Modalidade	Encargos anuais	2014	2013	2012
Prodec	UFIR	3.568	3.315	2.808
Finep	4,00%	9.009	3.672	3.212
Financ. Imobilizado	2,5% + Euribor	-	195	-
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	3,50%	606	-	-
Total		13.183	7.182	6.020

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

- A companhia não possui limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Contas do Demonstrativo De Resultado Consolidado (Em Milhares De Reais)**

Receita Operacional Bruta	2014	2013	2012
Vendas Mercado Interno	446.211	417.552	359.748
Vendas Mercado Externo	32.379	31.231	30.083
TOTAL	478.590	448.783	389.831
Devoluções e Impostos	-82.287	-80.481	-76.153
Receita Operacional Líquida	396.303	368.302	313.678
Custo Produtos Vendidos	-268.559	-244.295	-225.821
Lucro Operacional Bruto	127.744	124.007	87.857

- Cabe registrar que o Lucro Operacional Bruto apurado em 2014, quando cotejado com o de 2013, ensejou uma pequena perda, decorrente de uma inflação maior dos custos.

Contas de Ativo e Passivo Consolidado (Em Milhares De Reais)

Período	2014	2013	2012
Caixa e Equivalentes de Caixa	76.254	63.209	65.735
Clientes	97.819	94.206	85.063
Estoques	107.856	102.703	91.298
Imobilizado	314.083	284.154	276.910
Financiamentos	12.992	12.691	29.267

- Aqui deve ser mencionado uma boa recuperação do caixa e um crescimento maior do imobilizado.

10.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

A receita da companhia e de sua controlada resulta essencialmente da produção e comercialização de seus produtos de cama, mesa, banho, decoração e de tecidos técnicos. Nos mercados internos e de exportação, abrangendo linhas para o consumidor final, rede hoteleira e hospitalar e tecidos para roupas profissionais.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

- Como mencionado no item 10.1 h, o resultado operacional foi afetado por uma inflação maior dos custos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

- As variações não foram significativas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

- Não foram registrados impactos especiais.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional:

Não ocorreram eventos relevantes.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não ocorreram eventos relevantes.

c) eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram eventos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar

a) mudanças significativas nas práticas contábeis:

Nos exercícios financeiros do período, as demonstrações financeiras da companhia atenderam as disposições da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09 e bem assim aos pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Os efeitos significativos foram registrados no exercício de 2010, decorrentes da recomendação do CPC 27 (ICPC 10) que impactaram sobre a vida útil do imobilizado e do valor patrimonial da empresa.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Foram emitidos sem ressalvas.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

- Atendem as alterações relacionadas as leis 11.638/07 e 11.941/09.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A diretoria emvidou todos os esforços para que as demonstrações financeiras e suas notas explicativas registrassem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, cumprindo a legislação vigente, e bem assim, as normas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Além da auditoria externa, a companhia mantém serviços de auditoria interna, prestada por empresa terceirizada.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Não foram constatadas deficiências.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição :

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Não ocorreram.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não ocorreram.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos em andamento e previstos no consolidado para o exercício, foram orçados em R\$ 20.000.000,00 e distribuídos conforme segue:

• Maquinas e Equipamentos	R\$ 18.000.000,00
• Edificações e Instalações	R\$ 2.000.000,00

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Os investimentos serão realizados com recursos próprios da companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não estão sendo considerados.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

- Não aplicável.

c) novos produtos e serviços:

- Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

- Não foram identificados outros fatos relevantes que não os anteriormente comentados.

**ANEXO II – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 17/12/2009**

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração objetiva oferecer aos diretores, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. O Conselho de Administração não é remunerado. A remuneração do Conselho Fiscal corresponde a 10% do valor da remuneração da diretoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;
A remuneração dos diretores é composta de um único elemento, em forma de pró-labore global e, distribuído igualmente entre os membros da diretoria.
- ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total;
Trata-se de elemento único, em forma de pró-labore.
- iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;
Aplicação do percentual equivalente ao acordo coletivo de trabalho da categoria profissional entre o Sindicato Laboral e Patronal.
- iv. Razões que justificam a composição da remuneração:
Trata-se de composição única.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não aplicável.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não aplicável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Acompanha a remuneração do mercado para o setor.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não existe.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

ANO	ÓRGÃO	NÚMERO DE MEMBROS	REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL - PRÓ-LABORE	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E OUTROS BENEFÍCIOS
2012	Diretoria.	6	3.005 mil	Não possuem
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	148mil	
2013	Diretoria.	6	3.236 mil	
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	161 mil	
2014	Diretoria.	6	3.468 mil	
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	172 mil	
2015	Diretoria.	6	3.747 mil	
	Conselho de Administração	7	Sem Remuneração	
	Conselho Fiscal	3	187 mil	

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- Não se aplica.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

31/12/2014	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%
Conselho de Administração	18.275.232	41,94	4.603.428	27,17
Diretoria	18.276.504	41,94	3.618.593	21,36
Conselho Fiscal	9.740	0,02	864.859	5,10
Outros	7.012.780	16,10	7.855.092	46,37
Total	43.574.256	100,00	16.941.972	100,00

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Não se aplica.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- Não se aplica.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- A companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal, o respectivo valor da remuneração:

ANO	ÓRGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
2012	Número de Membros	7	6	3
	Valor Remuneração (igualitário)	Sem Remuneração	501 mil	49 mil
2013	Número de Membros	7	6	3
	Valor Remuneração (igualitário)	Sem Remuneração	539 mil	54 mil
2014	Número de Membros	7	6	3
	Valor Remuneração (igualitário)	Sem Remuneração	578 mil mil	57 mil

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

- Não se aplica.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

- Não se aplica.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

- Não se aplica.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

- Não se aplica.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

- As informações supracitadas são as que a companhia considera relevantes.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2013 FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA DÖHLER S.A. A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2014, NOS TERMOS DO ITEM II, PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Lucro Líquido do Exercício R\$ 42.237.861,55
2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Descrição	Data Deliberação	Valor Bruto p/ Ação	Montante Global
Juros s/ Capital Próprio ON	18/12/2014	0,1800	7.843.366,08
Juros s/ Capital Próprio PN	18/12/2014	0,1980	3.354.510,46
Total			11.197.876,54

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 26,51%
4. Não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.
5. Remuneração aos acionistas, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

A assembleia ira ratificar a deliberação aprovada pelo conselho em 18.12.2014.

6. Não foram declarados dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Tabelas comparativas indicando, para o exercício e para os 3 (três) exercícios anteriores, o lucro líquido e a remuneração, indicando ainda, para esta última, os valores por ação de cada espécie e classe:

Exercício	Lucro Líquido	Remuneração		
		Classe e espécie de ação	Dividendo	Total
2011	24.124.380,95	ON	6.536.138,40	9.331.563,78
		PN	2.795.425,38	
2012	20.983.876,31	ON	6.354.579,00	9.072.353,68
		PN	2.717.774,68	
2013	40.082.509,45	ON	7.807.054,20	11.146.034,52
		PN	3.338.980,32	
2014	42.237.861,55	ON	7.843.366,08	11.197.876,54
		PN	3.354.510,46	

(*) Proposta da Administração a ser submetida a AGO/E de 24.04.2015.

8. Destinação de lucros à Reserva Legal

- a) Montante destinado à reserva legal R\$ 2.111.893,08;
- b) A reserva legal foi calculada em valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício e, seu valor total após a constituição, alcançou 10,23% do capital social, não superando os 20% de limite legal.

9. A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- a) O Estatuto prevê o seguinte dividendo obrigatório: *“art. 22, Parágrafo 4º, item c) 25%(vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição de dividendos”.*

- b) O dividendo obrigatório estará sendo pago totalmente, conforme demonstrativo a seguir:

Lucro Líquido do Exercício	42.237.861,55
(-) Reserva Legal	2.111.893,08
(-) Subvenção para Investimentos	17.857.567,00
(=) Lucro Base para os Dividendos	22.268.401,47
Dividendos Propostos	11.197.876,54
% Dividendo + JSCP líquido sobre base para Dividendo Mínimo	50,29%

11. Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reserva estatutária:

- a) O Estatuto prevê a seguinte reserva Estatutária: “art. 22, parágrafo 4º, item d) O saldo do lucro líquido que remanescer após as deduções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” será destinado para uma Reserva de Investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. Esta reserva não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social”.
- b) Montante destinado à reserva estatutária (Reserva para Investimentos) no valor de R\$ 32.222.332,67
- c) O montante da reserva para Investimentos acima corresponde ao valor remanescente do Lucro Líquido de R\$ 11.070.524,93, mais o saldo de lucros acumulados de R\$ 3.294.240,74 e a Subvenção para Investimentos de R\$ 17.857.567,00, decorrente de custo atribuído do imobilizado.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

- a) O montante da retenção é de R\$ 32.222.332,67
- b) Orçamento de Capital

Ano 2015

APLICAÇÕES	Valores em R\$
Máquinas e Equipamentos	18.000.000,00
Edificações e Instalações	2.000.000,00
Total	20.000.000,00

FONTES DE RECURSOS	Valores em R\$
Próprios (Reserva de Lucros)	32.222.332,67